

# INDICADORES REGIONAIS

## 1 INTRODUÇÃO

Neste texto, são disponibilizados para o público em geral dois grupos de dados que se prestam à avaliação da qualidade da mudança produtiva em regiões brasileiras. No primeiro caso, a preocupação está na trajetória de transformação da indústria no período 1996-2015 por meio do índice de densidade produtiva, cuja mensuração é descrita na seção 2. O segundo caso refere-se a dados dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento das regiões-alvo de políticas regionais, apresentados segundo os setores de atividade que os demandam.

## 2 O ÍNDICE DE DENSIDADE PRODUTIVA DA INDÚSTRIA

O debate sobre a reconfiguração da indústria brasileira vem demandando diversos mecanismos analíticos para a compreensão de sua transformação recente. Em números anteriores do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* (18 e 20), foram apresentados dados com diversos recortes sobre a produtividade setorial e regional da indústria brasileira entre 1996 e 2015. Esse tem sido um esforço realizado por pesquisadores da Dirur/Ipea no âmbito do projeto de pesquisa em curso Mapa Territorial da Indústria no Brasil.

O indicador de densidade produtiva da indústria mostra-se adequado para a verificação da capacidade interna de geração de valor adicionado dentro de determinado setor, ramo de atividade ou unidade produtiva industrial. Seu cálculo é obtido pela razão entre valor da transformação industrial (VTI) e o valor adicionado bruto da indústria (VBPI), isto é, pela razão VTI/VBPI.

Quanto mais elevado esse índice, maior é a participação da agregação de valor setorial no conjunto do valor bruto da produção e vice-versa. Alternativamente, quanto menor for o VTI, relativamente ao VBPI, maior será a proporção de insumos importados no processo produtivo. Quanto maior o índice se apresenta em dada atividade, setor e/ou região, maior é a capacidade de a atividade, o setor ou a região operar efeitos multiplicadores intersetoriais (e inter-regionais) para a frente e para trás na cadeia produtiva.

Essa não é, entretanto, a única forma de mensurar a densidade industrial de determinado setor ou atividade produtiva. Alguns autores, como Cano<sup>1</sup> e Sampaio,<sup>2</sup> obtêm uma medida de densidade ou fragilização produtiva a partir da relação entre o valor das importações (M) e o valor bruto da produção (VBP).

Na tabela 1, as estimativas para o indicador de densidade foram calculadas e estão disponibilizadas para a indústria total, extrativa e de transformação das grandes regiões e dos estados do país para 1996, 2005 e 2015.

---

1. Canon, W. A desindustrialização no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, 2012.

2. Sampaio, D. P. *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

TABELA 1

## Densidade produtiva das indústrias das Unidades Federativas (UFs) do Brasil

Região/UF	Indústria extrativa			Indústria de transformação			Indústria total		
	1996	2005	2015	1996	2005	2015	1996	2005	2015
<b>Norte</b>	<b>60,6</b>	<b>68,2</b>	<b>84,1</b>	<b>44,9</b>	<b>37,0</b>	<b>37,8</b>	<b>45,8</b>	<b>40,9</b>	<b>46,0</b>
Rondônia	31,7	62,9	36,3	39,8	49,4	29,5	39,4	49,7	29,7
Acre	-	-	53,5	59,0	54,2	37,7	59,0	54,2	37,8
Amazonas	-	94,1	80,9	44,5	35,5	40,8	44,5	37,9	41,0
Roraima	-	-	52,5	27,1	46,9	38,3	27,1	46,9	39,2
Pará	62,2	60,8	84,7	47,1	40,3	34,3	51,0	48,0	59,3
Amapá	52,2	40,8	77,0	76,2	77,6	52,5	62,3	74,4	52,9
Tocantins	40,7	-	-	31,8	22,7	23,2	32,2	22,7	23,2
<b>Nordeste</b>	<b>67,6</b>	<b>74,3</b>	<b>66,5</b>	<b>45,3</b>	<b>40,3</b>	<b>42,5</b>	<b>46,2</b>	<b>42,6</b>	<b>43,7</b>
Maranhão	52,7	63,0	59,0	41,4	35,2	41,3	41,4	39,8	41,5
Piauí	62,3	71,4	-	46,7	43,2	37,7	46,8	43,6	37,7
Ceará	39,8	42,4	50,0	47,5	42,3	47,1	47,5	42,3	47,2
Rio Grande do Norte	78,2	80,9	78,8	47,3	38,7	53,1	56,6	56,4	61,3
Paraíba	-	61,4	-	42,4	43,4	43,7	42,4	43,9	43,7
Pernambuco	-	38,2	57,2	51,3	37,2	41,6	51,3	37,2	41,7
Alagoas	60,5	45,6	52,8	55,1	45,3	52,8	55,1	45,3	52,8
Sergipe	63,4	84,4	75,8	42,3	49,6	34,3	46,6	62,9	44,7
Bahia	63,1	69,3	56,1	40,5	40,1	40,7	41,5	41,3	41,4
<b>Sudeste</b>	<b>53,7</b>	<b>76,3</b>	<b>70,8</b>	<b>47,7</b>	<b>42,8</b>	<b>41,9</b>	<b>47,9</b>	<b>44,8</b>	<b>44,5</b>
Minas Gerais	63,4	71,2	63,7	41,5	39,6	40,3	42,8	42,9	43,3
Espírito Santo	33,6	54,3	70,4	48,3	50,3	40,9	44,6	51,9	53,3
Rio de Janeiro	58,4	91,8	75,0	53,4	52,3	47,4	53,5	60,7	56,1
São Paulo	56,6	48,9	60,5	48,2	41,9	41,4	48,2	42,0	41,5
<b>Sul</b>	<b>56,0</b>	<b>50,2</b>	<b>56,8</b>	<b>43,7</b>	<b>37,3</b>	<b>40,5</b>	<b>43,8</b>	<b>37,4</b>	<b>40,6</b>
Paraná	52,1	48,4	56,8	42,7	37,9	40,0	42,8	38,0	40,2
Santa Catarina	56,8	46,9	55,6	45,5	41,4	43,7	45,6	41,5	43,8
Rio Grande do Sul	58,1	64,6	59,2	43,4	34,7	39,0	43,5	34,8	39,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>59,8</b>	<b>49,6</b>	<b>58,2</b>	<b>36,5</b>	<b>36,1</b>	<b>35,5</b>	<b>37,1</b>	<b>36,4</b>	<b>36,0</b>
Mato Grosso do Sul	76,2	61,9	62,2	29,7	29,0	38,6	30,9	29,9	38,8
Mato Grosso	32,6	48,6	58,0	38,8	41,4	33,0	38,7	41,5	33,2
Goiás	59,5	45,7	57,8	36,4	34,3	34,6	37,3	34,7	35,4
Distrito Federal	75,7	-	-	49,7	49,6	52,1	49,9	49,6	52,1
<b>Brasil</b>	<b>57,2</b>	<b>73,9</b>	<b>71,8</b>	<b>46,4</b>	<b>40,8</b>	<b>41,0</b>	<b>46,6</b>	<b>42,5</b>	<b>43,1</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Inicialmente, percebe-se que há um padrão geral estabelecido no período: o índice de densidade produtiva da indústria total se reduz para o Brasil e em todas as suas macrorregiões entre 1996 e 2015.

No ano inicial, 1996, a densidade da indústria total apresenta a seguinte conformação regional, do maior para o menor: região Sudeste com 47,9%; Nordeste, 46,2%; região Norte, 45,8%; região Sul, 43,8%; e Centro-Oeste com 37,1%. Passados quase vinte anos, em 2015, a densidade produtiva é superior, por ordem, na região Norte (46,0%), Sudeste (44,5%), Nordeste (43,7%), Sul (40,6%) e Centro-Oeste (36,0%). O nível de densidade tende à estabilidade na região Norte e se reduz nas demais.

Contudo, na direção contrária da tendência de perda de densidade, constata-se que em algumas economias estaduais ocorre a ampliação da densidade industrial total no período. Na região Norte, isso é percebido nos estados de Roraima e Pará; no Nordeste, no Maranhão,

Rio Grande do Norte e na Paraíba; no Sudeste, em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; e no Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O elemento explicativo para a perda da densidade industrial está mais na *performance* negativa da indústria de transformação que na extrativa. Na primeira é onde mais se diminuiu a parcela do VTI no conjunto da atividade produtiva. A indústria de transformação total do país reduziu-se em 5,4 pontos percentuais (p.p.) de densidade produtiva, com as regiões declinando, da maior para a menor: Norte, -7,1 p.p.; Sudeste, -5,9 p.p.; Sul, -3,2 p.p.; Nordeste, -2,9 p.p.; e Centro-Oeste, -0,9 p.p.

Foram observadas alterações nas trajetórias regionais ao longo do período investigado. Nos anos iniciais, entre 1996 e 2005, a indústria de transformação da região Sudeste liderava, entre as macrorregiões, o valor da densidade produtiva. Fortes perdas de densidade associadas a um maior atrelamento a cadeias globais de valor pelo lado das importações resultaram, ao final do período, em 2015, em enfraquecimento da indústria nas regiões mais industrializadas, Sudeste e Sul, com maior resiliência no Nordeste e no Centro-Oeste.

O comportamento observado na indústria extrativa foi no sentido de aumento do seu índice de densidade. Concorrem para esse resultado a maior utilização de conhecimento e tecnologia em atividades de extração de petróleo pela Petrobras. Essa atividade teve forte expansão em decorrência das políticas de investimento determinadas pelo governo federal a partir de 2007 e contribuiu, na verdade, para a sustentação do índice global de densidade da indústria extrativa nacional, que saiu de 57,2% em 1996, e se estabeleceu em 71,8%, em 2015. Assim, houve ganho de 14,6 p.p.

Esse resultado favorável do Brasil foi, em grande medida, gerado na região Sudeste, que aumentou sua densidade em 17,1 p.p. no período, em função dos ganhos significativos nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro (em atividade de petróleo, principalmente). No Sul, houve crescimento do índice de densidade, com ganho de 0,8 p.p., embora com intensidade muito baixa. Na região Norte também houve o aumento de 23,5 p.p. da densidade na indústria extrativa. Nas demais, os índices de densidade pioraram, com queda de -1,6 p.p. no Centro-Oeste e de -1,1 p.p. no Nordeste.

### **3 ALOCAÇÃO SETORIAL DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO (FCFs) DAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE: AVALIANDO O PERÍODO 1995-2015**

Os FCFs, criados pela Constituição Federal de 1988, têm como base a porcentagem de 3% da arrecadação nacional conjunta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) total da pessoa física e jurídica. Sua distribuição regional destina à região Nordeste 60% do total, e às regiões Norte e Centro-Oeste, 20% cada uma. Isto é, cabe ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 1,8%; ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), 0,6%; e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), 0,6%.

A utilização dos recursos dos FCFs tem caráter reembolsável. São recursos emprestáveis ao setor produtivo, majoritariamente empresas. Não são, portanto, recursos alocáveis para entes governamentais.

A disponibilidade dessa fonte de financiamento tem como pressuposto a garantia de oferta estável e crescente de poupança para o apoio e a modernização das estruturas produtivas das regiões de menor desenvolvimento. As tabelas 2 a 9 disponibilizam valores acumulados

para períodos escolhidos. Os dados estão em valores contratados (R\$) e em porcentagens. A seguir ressaltam-se alguns pontos.

- Os recursos totais dos três fundos constitucionais regionais somam no período 1995-2015 o montante de R\$ 272,6 bilhões. À região Norte foram destinados R\$ 52,6 bilhões; para o Nordeste, R\$ 155,5 bilhões; e para o Centro-Oeste, R\$ 64,6 bilhões.
- O recorte setorial adotado – agropecuária, indústria, infraestrutura e terciário – aponta para a agropecuária como o setor de maior volume de recursos contratados, com R\$ 127 bilhões (46,9% do total), seguido pelo terciário, com R\$ 68,6 bilhões (25,2%); pela indústria, R\$ 54,1 bilhões (19,8%); e pela infraestrutura, com R\$ 22,1 bilhões (8,1%).
- A agropecuária, como setor de atividade contratador de recursos dos três FCFs, foi mais presente entre 1995-2005, quando captou 61,8% do total, que nos anos seguintes, de 2006-2015, quando a captação diminuiu para 41,5% do total.
- Os setores de serviços e comércio e o de infraestrutura aumentaram a participação relativa entre o subperíodo inicial e o segundo subperíodo na captação de recursos dos FCFs.
- O setor industrial – que cobre as atividades de extrativismo e transformação – não apresentou alteração em sua posição relativa nos dois períodos, ficando em 20,3% do total em cada um dos dois momentos analisados.
- São questões que merecem atenção e que estão relacionadas com a composição setorial da demanda por recursos dos FCFs: *i*) a política regional tem se tornado base de financiamento de atividades em setores com relativamente baixos multiplicadores intersetoriais, como são os de agropecuária e serviços; *ii*) o crédito público garantido pelos FCFs, em uma situação como a relatada anteriormente, tende a produzir baixos encadeamentos para a frente e para trás na cadeia produtiva e, portanto, contribui para que os retornos de cada unidade de capital investido sejam potencialmente reduzidos; e *iii*) em situação de baixa demanda por recursos nas atividades industriais, os efeitos multiplicadores dessas atividades tornam-se fracos e não contribuem para a expansão da densidade produtiva regional (pelo aumento da parcela do VTI no valor adicionado bruto a preços básicos – VAB total).

TABELA 2  
**FNO: total do valor contratado acumulado (1995-2015)**  
 (Em R\$)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>8.440.764.645,10</b>	<b>9.536.290.356,30</b>	<b>17.977.055.001,40</b>
Rural não especificado	108.048.648,20	104.136.085,00	212.184.733,30
Agropecuária	8.332.715.996,90	9.432.154.271,20	17.764.870.268,10
<b>Indústria</b>	<b>3.515.441.108,50</b>	<b>7.054.002.787,00</b>	<b>10.569.443.895,50</b>
Industrial não especificado	6.020.562,90	15.601.284,60	21.621.847,40
Indústria extrativa	879.208.152,50	1.766.933.303,60	2.646.141.456,20
Indústria de transformação	2.630.212.393,10	5.271.468.198,80	7.901.680.591,80
<b>Infraestrutura</b>	<b>667.061.934,70</b>	<b>5.430.024.700,40</b>	<b>6.097.086.635,10</b>
Construção civil	591.196.450,70	2.884.178.537,60	3.475.374.988,30
Serviços de utilidade pública	75.865.484,00	2.545.846.162,80	2.621.711.646,70
<b>Terciário</b>	<b>4.566.187.252,00</b>	<b>13.419.464.454,10</b>	<b>17.985.651.706,10</b>
Comércio e serviços	4.566.187.252,00	13.419.464.454,10	17.985.651.706,10
<b>Total geral</b>	<b>17.189.454.940,20</b>	<b>35.439.782.297,70</b>	<b>52.629.237.238,00</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 1.0.

TABELA 3  
**FNE: total do valor contratado acumulado (1995-2015)**  
 (Em R\$)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>20.091.991.080,10</b>	<b>47.298.245.130,60</b>	<b>67.390.236.210,80</b>
Rural não especificado	-	-	-
Agropecuária	20.091.991.080,10	47.298.245.130,60	67.390.236.210,80
<b>Indústria</b>	<b>7.347.190.117,70</b>	<b>27.824.435.056,40</b>	<b>35.171.625.174,10</b>
Industrial não especificado	5.132.184,80	57.189.195,00	62.321.379,90
Indústria extrativa	535.671.529,90	1.554.528.151,30	2.090.199.681,20
Indústria de transformação	6.806.386.402,90	26.212.717.710,10	33.019.104.113,10
<b>Infraestrutura</b>	<b>1.751.310.225,80</b>	<b>11.760.447.649,20</b>	<b>13.511.757.875,00</b>
Construção civil	48.925.131,80	2.953.338.247,70	3.002.263.379,50
Serviços de utilidade pública	1.702.385.094,00	8.807.109.401,50	10.509.494.495,50
<b>Terciário</b>	<b>3.436.488.686,60</b>	<b>35.943.312.736,00</b>	<b>39.379.801.422,70</b>
Comércio e serviços	3.436.488.686,60	35.943.312.736,00	39.379.801.422,70
<b>Total geral</b>	<b>32.626.980.110,30</b>	<b>122.826.440.572,30</b>	<b>155.453.420.682,60</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a CNAE 1.0.

TABELA 4  
**FCO: total do valor contratado acumulado (1995-2015)**  
 (Em R\$)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>13.990.495.911,40</b>	<b>28.459.536.285,60</b>	<b>42.450.032.197,00</b>
Rural não especificado	13.631.258.632,00	27.310.504.357,20	40.941.762.989,20
Agropecuária	359.237.279,40	1.149.031.928,40	1.508.269.207,80
<b>Indústria</b>	<b>3.141.647.705,30</b>	<b>6.820.407.669,80</b>	<b>8.347.127.998,00</b>
Industrial não especificado	1.614.927.377,20	1.614.927.377,20	1.614.927.377,20
Indústria extrativa	763.147.986,30	2.033.449.120,70	2.796.597.107,00
Indústria de transformação	763.572.341,80	3.172.031.171,90	3.935.603.513,80
<b>Infraestrutura</b>	<b>502.887.194,30</b>	<b>1.988.379.030,80</b>	<b>2.491.266.225,20</b>
Construção civil	122.462.774,20	612.107.252,30	734.570.026,50
Serviços de utilidade pública	380.424.420,10	1.376.271.778,50	1.756.696.198,60
<b>Terciário</b>	<b>1.411.148.822,40</b>	<b>9.863.545.019,40</b>	<b>11.274.693.841,90</b>
Comércio e serviços	1.411.148.822,40	9.863.545.019,40	11.274.693.841,90
<b>Total geral</b>	<b>19.046.179.633,50</b>	<b>47.131.868.005,70</b>	<b>64.563.120.262,00</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a CNAE 1.0.

TABELA 5  
**FNO, FNE e FCO: total do valor contratado acumulado (1995-2015)**  
 (Em R\$)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>42.523.251.636,60</b>	<b>85.294.071.772,50</b>	<b>127.817.323.409,10</b>
Rural não especificado	13.739.307.280,20	27.414.640.442,20	41.153.947.722,50
Agropecuária	28.783.944.356,40	57.879.431.330,30	86.663.375.686,70
<b>Indústria</b>	<b>14.004.278.931,50</b>	<b>41.698.845.513,20</b>	<b>54.088.197.067,60</b>
Industrial não especificado	1.626.080.124,90	1.687.717.856,80	1.698.870.604,50
Indústria extrativa	2.178.027.668,80	5.354.910.575,60	7.532.938.244,40
Indústria de transformação	10.200.171.137,90	34.656.217.080,80	44.856.388.218,70
<b>Infraestrutura</b>	<b>2.921.259.354,80</b>	<b>19.178.851.380,40</b>	<b>22.100.110.735,20</b>
Construção civil	762.584.356,80	6.449.624.037,60	7.212.208.394,40
Serviços de utilidade pública	2.158.674.998,00	12.729.227.342,80	14.887.902.340,80
<b>Terciário</b>	<b>9.413.824.761,00</b>	<b>59.226.322.209,50</b>	<b>68.640.146.970,60</b>
Comércio e serviços	9.413.824.761,00	59.226.322.209,50	68.640.146.970,60
<b>Total geral</b>	<b>68.862.614.684,00</b>	<b>205.398.090.875,70</b>	<b>272.645.778.182,50</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a CNAE 1.0.

TABELA 6

**FNO: composição do valor contratado acumulado (1995-2015)**

(Em %)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>49,1</b>	<b>26,9</b>	<b>34,2</b>
Rural não especificado	0,6	0,3	0,4
Agropecuária	48,5	26,6	33,8
<b>Indústria</b>	<b>20,5</b>	<b>19,9</b>	<b>20,1</b>
Industrial não especificado	0,04	0,04	0,04
Indústria extrativa	5,1	5,0	5,0
Indústria de transformação	15,3	14,9	15,0
<b>Infraestrutura</b>	<b>3,9</b>	<b>15,3</b>	<b>11,6</b>
Construção civil	3,4	8,1	6,6
Serviços de utilidade pública	0,4	7,2	5,0
<b>Terciário</b>	<b>26,6</b>	<b>37,9</b>	<b>34,2</b>
Comércio e serviços	26,6	37,9	34,2
<b>Total geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a CNAE 1.0.

TABELA 7

**FNE: composição do valor contratado acumulado (1995-2015)**

(Em %)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>61,6</b>	<b>38,5</b>	<b>43,4</b>
Rural não especificado	0,0	0,0	0,0
Agropecuária	61,6	38,5	43,4
<b>Indústria</b>	<b>22,5</b>	<b>22,7</b>	<b>22,6</b>
Industrial não especificado	0,02	0,05	0,04
Indústria extrativa	1,6	1,3	1,3
Indústria de transformação	20,9	21,3	21,2
<b>Infraestrutura</b>	<b>5,4</b>	<b>9,6</b>	<b>8,7</b>
Construção civil	0,1	2,4	1,9
Serviços de utilidade pública	5,2	7,2	6,8
<b>Terciário</b>	<b>10,5</b>	<b>29,3</b>	<b>25,3</b>
Comércio e serviços	10,5	29,3	25,3
<b>Total geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a CNAE 1.0.

TABELA 8

**FCO: composição do valor contratado acumulado (1995-2015)**

(Em %)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>73,5</b>	<b>53,5</b>	<b>58,7</b>
Rural não especificado	71,6	51,3	56,6
Agropecuária	1,9	2,2	2,1
<b>Indústria</b>	<b>16,5</b>	<b>24,3</b>	<b>22,2</b>
Industrial não especificado	8,5	14,5	12,9
Indústria extrativa	4,0	3,8	3,9
Indústria de transformação	4,0	6,0	5,4
<b>Infraestrutura</b>	<b>2,6</b>	<b>3,7</b>	<b>3,4</b>
Construção civil	0,6	1,1	1,0
Serviços de utilidade pública	2,0	2,6	2,4
<b>Terciário</b>	<b>7,4</b>	<b>18,5</b>	<b>15,6</b>
Comércio e serviços	7,4	18,5	15,6
<b>Total geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a CNAE 1.0.

TABELA 9

**FNO, FNE e FCO: composição do valor contratado acumulado (1995-2015)**

(Em %)

Setor	1995-2005	2006-2015	1995-2015
<b>Agropecuária</b>	<b>61,8</b>	<b>41,5</b>	<b>46,9</b>
Rural não especificado	20,0	13,3	15,1
Agropecuária	41,8	28,2	31,8
<b>Indústria</b>	<b>20,3</b>	<b>20,3</b>	<b>19,8</b>
Industrial não especificado	2,4	0,8	0,6
Indústria extrativa	3,2	2,6	2,8
Indústria de transformação	14,8	16,9	16,5
<b>Infraestrutura</b>	<b>4,2</b>	<b>9,3</b>	<b>8,1</b>
Construção civil	1,1	3,1	2,6
Serviços de utilidade pública	3,1	6,2	5,5
<b>Terciário</b>	<b>13,7</b>	<b>28,8</b>	<b>25,2</b>
Comércio e serviços	13,7	28,8	25,2
<b>Total geral</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional com base em dados dos bancos públicos regionais (Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil).

Obs.: 1. Valores monetários deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de 2015.

2. Setores classificados segundo a CNAE 1.0.